



MANUELZÃO

UFMG Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas

66

ANO 15

AGOSTO DE 2012

Contar o tempo

IQA do Velhas:
índice mostra
retratos do Rio

Semana Roseana:
viagem do escritor
completa 60 anos

Entrevista:
parques guardam
história da cidade

Perfil

IMAGENS DE RIOS PORTUGUESES



FOTO: WIKIMÉDIA COMMONS (C.R.V. 2.5)

22

Isidoro

Nasce um novo núcleo

12

ETE de Curvelo

Primeiros passos

18

CBH Velhas

Comitê comemora 14 anos

20



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Fundado em 1997 na Faculdade de Medicina da UFMG.

Coordenação Geral:

Marcus Vinícius Polignano
mupoli@medicina.ufmg.br

Apolo Heringer Lisboa
apololisboa@gmail.com

Coordenação NuVelhas:

Thomaz da Matta Machado

Biomonitoramento:

Carlos Bernardo Mascarenhas, Marcos Callisto e Paulo Pompeu

Recuperação vegetal:

Maria Rita Muzzi

Mobilização social e

Educação ambiental:

Lísia Godinho, Rogério Sepúlveda e

Tarcísio Pinheiro

Comunicação Social:

Elton Antunes

Publicações:

Eugênio Goulart

Redação e Edição

Eliziane Lara (MTb 12.322 DRT/MG), Carlos Jáuregui (MTb 13.674 DRT/MG), Anna Cláudia Pinheiro, Eduarda Rodrigues, Isabela Meireles, Isadora Marques, Luís Cunha e Natália Ferraz
Colaboração: Adélia Oliveira

Diagramação e Ilustração

Daniel Monteiro

Foto capa: Daniel Monteiro

Foto de Guimarães Rosa utilizada na capa: acervo do Cememor/FM/UFMG.

Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG sob a coordenação de Paulo Bernardo Vaz.

Impressão: Esdeva

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores da revista e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva
Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl. 813. BH - MG - CEP: 30130-100
(31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E PATROCÍNIO



Prefeitura de Belo Horizonte



COLABORAÇÃO



51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Daqui pra frente

Caro leitor,

Falar sobre tempo é falar sobre expectativas, porque o futuro guarda surpresas boas e ruins. As eleições que estão chegando (p. 4), por exemplo, já preocupam muita gente. E a qualidade das águas do Rio das Velhas está causando muita dor de cabeça (p. 8).

Esta edição também está recheada de notícias positivas. Em 2012, a viagem de Guimarães Rosa pelo cerrado mineiro completa 60 anos (p. 14) e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas sopra 14 velas (p. 20). Já o Núcleo do Isidoro nasceu para ajudar a conciliar preservação e expansão urbana (p. 12).

Mesmo com problemas enfrentados pela Estação de Tratamento de Esgoto de Curvelo (p. 18) e pelos parques (p. 5), os entrevistados dizem que há uma saída para as dificuldades. Os desafios, porém, não se limitam às terras brasileiras. Em Portugal, os rios também sofrem com a ação humana, mas o poder público se esforça para manter as belas paisagens (p. 22).

Falando em beleza, não esqueça de conferir as fotos que ilustram esta edição.

Boa leitura!

“Não podemos aceitar essa ditadura que vemos no Brasil. Faz a obra e pergunta depois. As comunidades indígenas precisam ser ouvidas e respeitadas”

DESEMBARGADOR ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE
SOBRE AS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

“O fato é que os governos, com raras exceções, não estão interessados em investir na sustentabilidade”

AVALIAÇÃO DO ESCRITOR MINEIRO
FREI BETTO SOBRE O
DESFECHO DA RIO+20

Mau tempo

Sem sol
sem sal
sem sim
sem si
sensível.
Só não...
Sonão,
soninho!
Só ninho...

Solange Borges, coordenadora geral
do Projeto Catapoesia

BRADO

das árvores
sou limo

ao sabor do vento
não gorjeio
nem voo

me silencio
entre folhas

choro
ao machado
que me corta

Luiz Otávio Oliani, professor e autor do livro
A Eternidade dos Dias, publicado pela Editora
Multifoco, RJ, 2012

*“Queria sugerir que escolhêssemos
alguns quarteirões da cidade
(pelo menos um de cada rua) onde
retiraríamos o asfalto e devolveríamos
a cobertura de pedras”*

PROPOSTA DO PROFESSOR FRANCISCO JOSÉ VIANA PARA REDUZIR
OS IMPACTOS DAS ENCHENTES NA CAPITAL, EM CARTA ENVIADA
AO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, MÁRCIO LACERDA



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição para revista@manuelzao.ufmg.br ou facebook.com/manuelzao

Ciclos da política e eleições 2012

APOLO HERINGER LISBOA
Idealizador do Projeto Manuelzão

O Projeto Manuelzão originou-se propondo mudanças de paradigmas. Nasceu da conclusão de que a sociedade esgotou um ciclo na política e na mentalidade. E veio propor mudanças qualitativas. Assim, ganhou apoio da sociedade. Se o Projeto se afastar dessas premissas, perderá todo seu encanto e energia. Mas o alcance dessa proposta transcende o pensamento correto que dissocia as coisas do seu conjunto e prioriza o imediato e o trabalho por partes. O Projeto Manuelzão está mais para Dom Quixote que para Sancho Pança!

A atual configuração da gestão de Estado, subordinada à ideologia econômica e voltada para alcançar objetivos materialistas, destrói a natureza e os seres humanos, mata a espiritualidade e os bichos, polui as águas e aniquila os ecossistemas. Esse enfoque degradou a política como forma de pensamento e ação, os partidos se tornaram grupos sem propostas e instrumentos para malfeitores. Nas cidades e no mundo. Chegou-se ao ponto de tornar natural uma política de guerra no mundo para gerar empregos e saquear riquezas naturais de outros povos. Infelizmente, nessa lógica, o Brasil se tornou um dos maiores fabricantes de armas do mundo, ajudando a matar jovens, crianças, famílias inocentes de trabalhadores, e o governo defende esta política para gerar empregos!

O Brasil também é um exemplo mundial em degradação socioambiental. Nós que deixamos tudo isso acontecer, é nossa mentalidade ao votar e cobrar. Os rios se tornaram esgotos e lixeiras. Os peixes adoecem e morrem. As crianças não podem mais nadar. Os agricultores não podem usar as águas dos rios para irrigação nem os animais podem beber delas sem ficar doentes. Pistas de automóveis sepultam nossos rios; carros em demasia, transporte público faltando. Isto tem a ver com nossas opções políticas e o sentido ético de nossas atitudes. No vazio existencial e na má qualidade de vida, as contradições sociais trazem as drogas e a violência, que a polícia não vai resolver.

Hoje, os principais problemas do país se concentram nas áreas urbanas, mas os candidatos de todos os partidos não assumem nada disso com profundidade, levando os eleitores ao deboche ou à indignação, o que compromete a construção democrática. Esse quadro prenuncia a eleição presidencial em 2014 e aumenta a nossa responsabilidade.

Vamos dar três exemplos de problemas urbanos em Belo Horizonte que a disputa eleitoral não aborda devidamente: o estresse existencial das pessoas, o entrave na mobilidade e as inundações. A solução de tudo isto poderia vir numa só tacada, se a rede hidrográfica da cidade (um total de 800 km - 500 não canalizados), vista como um problemão, fosse transformada no eixo estrutural da solução dos problemas em toda a área urbana. Promovendo o lazer, a mobilidade com ciclovias, trilhas de caminhadas e, ainda nas chuvas, equipamentos para controle das inundações. A cidade poderia respirar e relaxar. A qualidade de vida seria beneficiada de forma significativa com estas obras integradas. Por erro metodológico de diagnóstico, os administradores e a população estão “vendo as árvores e não enxergando o bosque”, ao separarem os problemas da cidade em pedacinhos e sem enxergar as soluções integradas em eixos espaciais e temáticos.

O resultado são impostos se elevando sem trazer as melhorias prometidas. O colapso da sociedade chega pela falência do pensamento, que não dá conta da gestão do país e arrocha a população. A solução está na compreensão da complexidade e integração de todas as coisas, buscando a articulação entre problemas e soluções com visão transdisciplinar e sistêmica.

Vamos mudar o Brasil. Insistimos que os empresários e os governantes aceitem mudar de rumo, de forma participativa, pois a exclusão de qualquer dos segmentos sociais conduz à derrota maior da sociedade: o abandono do espaço político, o isolamento, o impasse, a corrupção e a violência. Convidamos os candidatos a se comprometer com a mudança em BH, começando pela proposta de destinação de toda a rede hidrográfica da cidade às atividades de lazer, com parques ciliares, corredores ecológicos, cursos d'água saneados, vias de mobilidade e sistema de contenção de inundações. A saúde coletiva agradece. Com menos trabalho para o SUS, teremos uma cidade mais feliz e com mais saúde. A educação e seguridade pública são políticas públicas que devem chegar juntas. Só assim tem sentido votar. Atualmente, há um carnaval eleitoral com o objetivo de acomodar os interesses dos partidos. Por que não dar agora o primeiro passo para mudar? Neste caso, contem conosco. As nossas preferências eleitorais dependem das propostas. ♦

Além da beleza

ARQUITETA E URBANISTA QUE TRABALHOU NA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE POR MAIS DE DUAS DÉCADAS FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PARQUES E ESPAÇOS PÚBLICOS PARA AS CIDADES

LUÍS CUNHA
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Não é preciso andar muito por Belo Horizonte para notar que a capital mineira é um exemplo de cidade que privilegia construções em vez de áreas verdes: ocupações de montanhas e obras de ampliação de vias são cada vez mais comuns no cotidiano dos belo-horizontinos. Para (tentar) fugir de todo esse concreto que vem tomando conta do mapa, algumas pessoas procuram refúgio na natureza — e uma opção são os parques da própria cidade.

Além de atenderem à necessidade surgida com o crescimento dos grandes centros urbanos, os parques protegem recursos naturais. “Pelo menos restam algumas ilhas do que foi aquele espaço antes de ser totalmente urbanizado. Assim, os parques contam a história da cidade também”, explica a professora de Arquitetura da UFMG, Marieta Cardoso Maciel.

Para ajudar na conservação dos parques de Belo Horizonte, foi criada em 2005 a Fundação de Parques Municipais. Ela admi-

nistra e mantém 69 parques da capital, que somam uma área de aproximadamente 8,6 milhões de m² (o equivalente a 860 campos de futebol). Nesses locais, parte do patrimônio ambiental da cidade encontra-se sob proteção, como trechos do Cerrado, da Mata Atlântica e nascentes de córregos da Bacia do Rio São Francisco.

Contudo, a falta de conhecimento e de interesse das pessoas em relação a esses lugares é preocupante, pois transfere todas as decisões que envolvem a administração dos espaços públicos para as mãos da gestão urbana. Isso é o que acredita Marieta. Ela, que realizou pesquisas em Planejamento e Projeto dos Espaços Livres Urbanos e trabalhou como arquiteta e urbanista na Prefeitura de Belo Horizonte por 21 anos, fala à Revista Manuelzão sobre a importância dos espaços livres de edificações para as cidades.

Como parques e praças contribuem para o meio ambiente?

A legislação de loteamentos estabelece que 35% da gleba [porção de terra] que vai ser loteada deve ser transferida para o município. É aí que vão surgir as praças, as ruas e os equipamentos urbanos. Então as praças surgem pelo próprio desenho do loteamento. A praça é um espaço livre público, mas é artificial. É um espaço livre de edificações, tem permeabilidade etc., mas a contribuição é bem menor para o ambiente do que um parque. Já os parques têm nascentes, córregos, matas ciliares, uma vegetação expressiva. Então o parque é muito mais significativo em termos ambientais do que uma praça porque reúne elementos naturais que a praça tem em menor quantidade.

Por que existem cidades que não seguem a Lei Federal nº 6.766/1979, que prevê apresentação de diretrizes para o uso do solo (construção de lotes, vias, espaços livres etc.)?

Essa legislação é de extrema importância, pois define a forma da cidade e sua funcionalidade, mas em algumas cidades é ignorada para se edificar mais. Acho que as gestões públicas estão esquecendo, fechando os olhos um pouquinho diante dessa questão. Isso é mais grave principalmente em cidades menores, onde o poder público às vezes nem detém o conhecimento adequado da legislação. O que deveria ser feito é uma divulgação da

Lei para a comunidade, explicando em linguagem compreensível o benefício que ela traz e por que ela existe.

Você avalia que a população se apropria e faz um bom uso dos parques?

Belo Horizonte não tem divulgação ampla da quantidade de parques e nem um programa para se fazer um circuito por eles. Existem em torno de 70 áreas de parques, só que nem todos são implantados: a área está lá, preservada, mas não tem como o público utilizar. Isso é um problema, porque se não tem um programa de utilização pública, essa área vai sendo apropriada indevidamente, o que acontece muito. Poderia ser feito algo, um programa de uso público para o espaço, por exemplo. Mas não vejo nenhuma ação nesse sentido.

“ *Seria possível incorporá-lo [Rio Arrudas] ao Parque Municipal e até aproximá-lo do seu aspecto original* ”

O que poderia ser feito para a população usufruir melhor dessas áreas?

Poderia, por exemplo, ter aos sábados, domingos e feriados, na porta do Parque Municipal, ônibus que fizessem roteiros de visitas pelos parques das regionais, porque existe grande demanda de público da Região Metropoli-

tana, que busca um passeio em seus dias de lazer e utiliza o Parque Municipal. Em um domingo, chega a ter 40 mil pessoas lá dentro. É como se fosse uma cidade. O uso público intenso é um dos fatores que gera impacto ambiental no Parque. Mas como evitar esse tipo de situação? Um dos motivos é a falta de conhecimento de outras opções de espaços públicos para o recreio.

Você acompanhou a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte em 1985. De lá para cá, o que mudou?

Fiquei oito anos na Secretaria de Meio Ambiente. Hoje eu já não tenho muito contato, mas acho que ela vem agindo de forma cíclica, com períodos em que assume importância na gestão municipal e outros em que não é levada em consideração. Atualmente, acho que estamos em uma gestão baseada em índices e voltada para a sustentabilidade econômica, prejudicando os outros aspectos do ambiente. As mudanças da gestão pública acontecem e eu não vejo ações concretas nos aspectos biofísicos e sócio culturais. É preciso considerar também que o crescimento populacional e a expansão do território urbanizado tornam difícil o gerenciamento por parte do órgão público. Falta participação e esclarecimento das ações públicas.

Essas oscilações na importância atribuída à Secretaria comprometem a gestão ligada ao meio ambiente?

É claro que compromete. Já houve gestões nas quais a Secretaria de Meio Ambiente tinha um Conselho com grande importância na gestão do ambiente urbano. Hoje esse Conselho não tem tanta relevância, já que o foco está mais concentrado no Conselho de Políticas Urbanas, que está atrelado ao desenvolvimento de diretrizes da ocupação do território isolado das questões biofísicas.

Qual é a sua opinião sobre a realização de eventos públicos no espaço dos parques?

Os parques podem ser utilizados para essa função, mas devem ser avaliados conforme as suas condições ambien-

Desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Programa Cidade Jardim reconhece áreas da capital que se destacam por sua preservação e manutenção. Pessoas e empresas que contribuem para o embelezamento das áreas públicas de Belo Horizonte são premiadas.

Para a arquiteta Marieta Cardoso Maciel, o Cidade Jardim é uma boa saída para os problemas que a Prefeitura vem enfrentando, apesar de não tomar toda a responsabilidade sobre a preservação dessas áreas: "a Prefeitura tem que fazer a gestão, identificar que está tendo um problema e resolvê-lo junto com a comunidade. Mas como o órgão central não consegue fazer tudo isso, algumas ações foram transferidas para as regionais. É mais fácil para a regional, que está em contato direto".



FOTO: LUIZ CUNHA

tais, levando em consideração as informações confiáveis sobre o porte do evento, a capacidade de público, monitoramento, entre outras condicionantes. No caso do Parque Municipal, é a intensidade do uso público que realmente compromete. Por exemplo, em um evento no Parque das Mangabeiras comparecem, em média, 5 mil pessoas, mas existem espaços apropriados para abrigar essa quantidade de público. Os eventos no Parque Municipal atraem um público em torno de 10 mil participantes. Ao longo do tempo, sua dimensão territorial diminuiu e o uso público aumentou vertiginosamente. Mas é um espaço que tem que ser conservado. Creio até que daria para ampliar atualmente os espaços do Parque Municipal por meio de intervenções urbanísticas radicais como vêm acontecendo na atualidade: o Rio Arrudas passava dentro do Parque. Se relocarmos a Avenida dos Andradas ao longo da via férrea e desapropriarmos as edificações ali existentes, seria possível incorporá-lo ao Parque Municipal e até aproximá-lo de seu aspecto original.

É realmente viável?

Claro! Acho que depende da gestão pública e de nós também, cidadãos, dar ideias desse tipo. A Avenida Antônio Carlos poderia ser transformada em um conjunto de caminhos, praças, jardins e bosques que possibilitaria a integração entre os bairros, os pedestres... Mas nada. Só existe a via. A Avenida é importante para a mobilidade de veículos motorizados, mas poderia ter jardins para encontros e demais atividades coletivas. Ideias existem, mas estão faltando informações, participação pública e operacionalização. Infelizmente o público em geral não tem informação sobre a importância dos parques e demais espaços livres de uso público na cidade. Compete ao órgão público informar.

A canalização do Rio Arrudas nos remete às Áreas de Preservação Permanente (APPs) e à determinação de que regiões como margens de rios sejam preservadas...

O Ribeirão Arrudas foi canalizado para dar lugar a um espaço de utilidade pública, uma via arterial. As APPs localizadas em ambientes urbanos podem ser canalizadas quando há necessidade de utilidade pública. É difícil nas cidades a preservação das margens de rios, nascentes, bosques e vegetações bem como áreas de alta declividade. Entretanto, a maioria dos parques em Belo Horizonte são APPs obtidas por meio de negociações efetuadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. No caso do Ribeirão Arrudas, existe o Parque Linear do Arrudas, que ainda não foi implantado em sua totalidade. ♦



FOTOS: WIKIMEDIA



Mãos na terra

A *Central Park Conservancy* (Conservação do Central Park) é uma organização público-privada e sem fins lucrativos que ajuda na manutenção do Central Park. Para cuidar de 341 hectares de terreno, a *Conservancy* assinou um contrato com a Prefeitura de Nova York e encontrou diversas maneiras de convocar a população. A organização promove atividades educativas que buscam desenvolver nos jovens um senso de responsabilidade sobre os ambientes naturais e criou o *Day in the Dirt* (Dia na Lama), no qual grupos participam de projetos de horticultura. Desde a sua fundação, em 1980, por líderes locais, a *Conservancy* investiu mais de 600 milhões de dólares na restauração do Central Park e hoje é considerada modelo em gestão de parques urbanos.

Antes e depois: o Rio Cheonggyecheon corta o centro da capital sul-coreana e mostra que cursos d'água e desenvolvimento urbano podem conviver em harmonia

Colocando em ordem

O Cheonggyecheon, um rio localizado em Seul, na Coreia do Sul, recebia tanto lixo e esgoto que foi totalmente encoberto por concreto na década de 1960. No local, foi construída uma via expressa. Mas os problemas não acabaram: o nível de poluição do ar e sonora aumentou. Para resolver o problema, a Prefeitura de Seul, junto com a sociedade, começou a revitalizar a região. Iniciadas em 2003, as obras despoluíram todo o canal e demoliram cerca de 600 mil toneladas de concreto, criando um parque linear de 5,8 km de extensão com sistema de transporte interligado.

Mal na foto

APESAR DOS ESFORÇOS PELA REVITALIZAÇÃO, ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS DO RIO DAS VELHAS CONTINUA RUIM

ISABELA MEIRELES E ISADORA MARQUES
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Marcado para 2014, o nado em Lagoa Santa está cada dia mais perto: falta menos de dois anos. É hora de avaliar se os investimentos da Meta 2014 estão surtindo o efeito esperado ou não. Estamos no rumo certo? Essa é uma questão difícil, mas há algumas pistas que podem elucidar o cenário atual da Bacia do Rio das Velhas. Uma delas é o Índice de Qualidade das Águas, o IQA.

O Índice de Qualidade das Águas sumariza em um único indicador a caracterização da qualidade das águas a partir de nove variáveis [ver box na p.10] consideradas relevantes para essa avaliação. Embora o Índice avalie os mesmos fatores em todo o país, os estados fazem adaptações das faixas de IQA. Por exemplo, na comparação com São Paulo, os índices de qualidade *razoável* e *péssimo* equivalem ao *médio* e *muito ruim* de Minas.

Desde 1997, o monitoramento da qualidade das águas do estado, inicialmente feito pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e hoje pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), adota o IQA em suas análises. “Quatro vezes por ano a gente coleta água nos pontos de monitoramento. Ao final de um ano de coleta, temos os índices trimestrais e o IQA médio anual”, conta a analista ambiental da Gerência de Monitoramento e Hidrometeorologia do Igam, Katiane Almeida. “O índice dá uma noção do que se está conseguindo concluir a partir da perspectiva da Meta 2014. O IQA diz se estamos realmente andando no ritmo que deveria ser ou não”, esclarece o mobilizador do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Rodrigo Lemos.

NADA BOM

De forma geral, o Índice de Qualidade das Águas na Bacia do Rio das Velhas é *ruim*, embora tenha alcançado uma pequena melhora ao longo dos anos. A grande vilã ainda é a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Segundo os dados do Igam, os ribeirões Arrudas e Onça apresentaram os piores índices. “A curva de IQA teve uma melhora grande na parte baixa do Rio, mas a parte da Região Metropolitana continua com problemas muito sérios”, avalia Rodrigo.

Segundo Katiane, as chuvas também contribuem para a constante variação do IQA. “Observa-se que ocorre essa piora justamente no período chuvoso, em virtude do aumento da turbidez e sólidos em suspensão, variáveis do IQA”, justifica.



Itabirito: águas barrentas caracterizam o Velhas e nem sempre indicam poluição

A partir de dados do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), observa-se que o IQA apresenta uma tendência de melhora desde 2001, passando de *muito ruim* para *ruim*. E isso se deve às ações de saneamento que estão sendo realizadas na Bacia. De acordo com Katiane, o que predominou na Bacia do Velhas em 2011 foi o IQA *ruim*.

Esse avanço a passos lentos pode comprometer o Projeto Estratégico de Revitalização da Bacia do Rio das Velhas — a Meta 2014. Portanto, é fundamental o envolvimento de todos os órgãos do governo do estado, e não apenas aqueles diretamente relacionados ao meio ambiente.

NÃO CHEIRA NADA BEM

O IQA do Velhas se mantém ruim por diversos motivos e um deles diz respeito ao problema mais visível da Bacia: o esgotamento sanitário [leia mais sobre o assunto na matéria “Ainda é pouco”, da edição 64]. Segundo o coordenador geral do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano, o

Faixas de IQA utilizadas no estado de Minas Gerais	Avaliação da Qualidade da Água
91-100	Excelente
71-90	Boa
51-70	Média
26-50	Ruim
0-25	Muito Ruim

Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

maior impacto vem dos esgotos domésticos. Ainda há muitas residências na RMBH que não estão ligadas à rede de interceptores de esgoto. Assim, os efluentes dessas casas acabam indo parar nos cursos d'água.

“Não adianta ter as estações de tratamento e o esgoto não chegar lá. Então nós temos que fazer um Caça-Esgoto [programa da Copasa que visa à identificação de lançamentos irregulares de esgoto] com muito mais eficiência do que o que fazemos hoje”, afirma o gestor da Meta 2014 da Copasa, Válter Vilela. Para encaminhar os efluentes às Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), é necessário o apoio dos governos municipais. “Pode chegar 2014 e a gente não ter feito todos os Caça-Esgotos por falta de participação das prefeituras. Elas têm de dar condições para que a Copasa implante os seus interceptores nos fundos de vale”, reivindica.

Ainda que todos os esgotos fossem coletados na Bacia, o Rio das Velhas continuaria recebendo cargas significativas de poluentes microbiológicos. Isso porque as ETEs da Copasa só têm o tratamento secundário, que remove a matéria orgânica e eventuais nutrientes, mas não consegue eliminar os coliformes fecais. “Para se alcançar a Meta 2014, é necessário implantar nas ETEs o tratamento terciário, que é fundamental para desinfetar as águas e diminuir a quantidade de coliformes na região do epicentro da Meta”, diz Polignano.

Além da poluição por meio dos esgotos domésticos, ainda há lançamentos de efluentes industriais, que são fonte de contaminação química do Velhas. “Eles estão sendo jogados dentro do rio, em grande parte sem controle e sem tratamento ou com tratamento ineficaz. As indústrias continuam despejando produtos químicos e metais pesados no rio”, alerta o coordenador do Manuelzão.

A fiscalização de lançamentos industriais cabe à Feam e à Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. “Mas o que a gente percebe é que a Feam é um órgão lento e incapaz de dar conta do tamanho do problema, dado o número de empreendimentos existentes e a pouca capacidade operacional da fiscalização do órgão”, opina Polignano. Segundo a subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental, Marília Melo, apenas dois empreendimentos foram fiscalizados quanto ao quesito saneamento em 2011.

POLUIÇÃO DIFUSA: 1001 ORIGENS

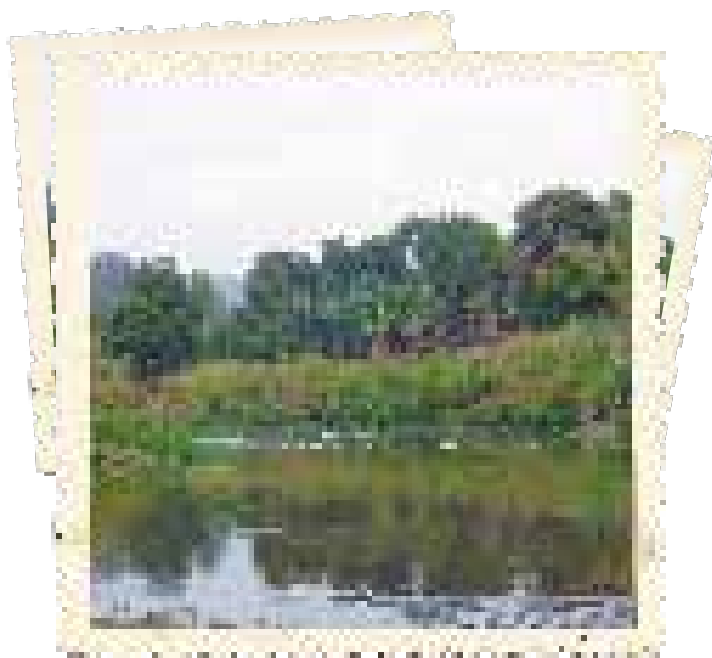
Apesar do impacto expressivo dos efluentes domésticos e industriais, os problemas do Velhas estão longe de se resumir ao esgoto. “Eu sempre brinco que quando conseguirmos tirar o esgoto do rio, vamos perceber que ele tem uns 50 outros problemas, mas o esgoto chama tanta atenção que você norteia o seu olhar para aquilo”, comenta o mobilizador do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Rodrigo Lemos.

O próprio IQA é um índice importante porque não se encerra na questão dos esgotos, ele analisa outras variáveis.

Elas indicam um problema presente em toda a Bacia: a poluição difusa, provocada pelo carreamento de sedimentos e resíduos para dentro dos cursos d'água. Esse processo é provocado principalmente pelo uso e ocupação do solo inadequados, pelo desmatamento e pela drenagem de água urbana, que leva vários tipos de resíduos para dentro do rio — do lixo ao óleo de carro que é jogado nas ruas.

Polignano ressalta que a poluição difusa também tem a característica de variar muito com os fenômenos meteorológicos: “ela é fortemente relacionada aos períodos chuvosos porque a chuva lava a terra, as ruas etc. e leva para dentro do curso d'água aquilo que está no entorno”. A mineração, por exemplo, contribui significativamente para esse processo porque remove grandes volumes de sedimentos. “Por isso é necessária uma ação preventiva que monitore melhor essas atividades, que tenha, dentro do processo de licenciamento ambiental, um cuidado especial com esses fatores geradores de poluição difusa”, salienta.

A agricultura também pode trazer diversos passivos ambientais. Ela desmata e compromete a mata ciliar, que é uma defesa natural dos cursos d'água, além de usar agrotóxicos, que, com a chuva, são carreados para dentro do rio. “A gente tem um uso abusivo de agrotóxicos, alguns inclusive não permitidos aqui no Brasil. E nós temos uma deficiência grande dos órgãos fiscalizadores”, denuncia Polignano. Além disso, o uso inadequado da terra favorece a erosão e o aparecimento de voçorocas, que dão origem aos sedimentos que a chuva leva para os cursos d'água. E se nas zonas rurais a agricultura é o principal fator de impacto na bacia hidrográfica, nos grandes centros urbanos o lixo descartado em todo e qualquer lugar é o que vai parar dentro dos rios.



Encontro do Arrudas com o Rio das Velhas é um dos pontos críticos da Bacia



Santa Luzia: revitalizar o Rio na Região Metropolitana de Belo Horizonte é objetivo da Meta 2014



Entre Corinto e Lassance, a região do Baixo Velhas compõe uma bela paisagem

PARÂMETRO DE QUALIDADE DA ÁGUA CONSIDERADOS PARA O CÁLCULO DO IQA

Oxigênio dissolvido
Coliformes termotolerantes
Potencial hidrogeniônico - pH
Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO _{5,20}
Temperatura da água
Nitrogênio total
Fósforo total
Turbidez
Resíduo total

Fonte: Agência Nacional das Águas

UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO

Embora o IQA seja um instrumento interessante para a avaliação da qualidade das águas de um rio, ele, por si só, não diz das condições ambientais da bacia hidrográfica — que envolve um conjunto amplo de fatores como a morfologia do rio, os padrões de sedimentação e erosão, as formas de ocupação à montante dos cursos d'água etc. “O IQA é interessante para avaliar a qualidade da água, mas o rio é mais do que água. O Índice ajuda muito na discussão, mas não se encerra em si mesmo”, argumenta Rodrigo Lemos.

O que ilustra bem isso é o fato de que, desde 2004, com o lançamento da Meta 2010, aconteceram mudanças significativas na Bacia do Rio das Velhas — com a volta de alguns peixes, inclusive — e o IQA médio do Velhas apresentou pequenas variações. “Por ser um índice composto, ele depende da alteração de muitas variáveis para que se modifique. Embora venha sendo utilizado sistematicamente na avaliação da qualidade das águas, ele não traduz necessariamente as mudanças a curto prazo que a gente consegue produzir no rio”, pontua Polignano.

“Você pode ter a melhoria da qualidade da água, por exemplo, e não ter peixe. Por isso que as metodologias são complementares”, avalia Rodrigo. Na mesma linha, Polignano ressalta a importância do monitoramento da biota aquática: “esse monitoramento é fundamental para definir a viabilidade da vida em um rio”.

Por ser voltado, principalmente, à avaliação da carga orgânica, o IQA não avalia os parâmetros tóxicos, como arsênio, chumbo e cobre dissolvidos na água. Katiane explica que o Igam também avalia a contaminação por tóxicos, um índice desenvolvido para complementar a informação do IQA.

Alto índice de cafeína nas águas do Velhas

Com um alto índice de contaminação por cafeína, o Rio das Velhas destacou-se como um dos três rios mais poluídos de Minas Gerais. Essa foi a conclusão a que chegou a pesquisa do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias Analíticas e Avançadas, que estuda a presença de compostos emergentes nas águas da rede de distribuição de várias capitais brasileiras. O Velhas registrou uma concentração de cafeína dez vezes maior que a dos rios Paraopeba e Morro Redondo, também considerados como os mais contaminados de Minas Gerais.

Das 16 capitais estudadas, apenas Fortaleza não apresentou nenhuma contaminação por cafeína. Apesar de não ser tóxica e não trazer grandes riscos para a saúde humana, a cafeína encontrada nas águas serve como um indicativo da presença de outros compostos similares, bem mais nocivos à saúde, que possuem características hormonais. “Esses compostos podem interferir na parte hormonal tanto dos peixes quanto dos animais menores que vivem no ambiente aquático, assim como em nosso próprio organismo”, afirma a professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e uma das pesquisadoras do projeto, Maria Cristina Canela.

O objetivo da pesquisa é aprofundar nas análises sobre os compostos emergentes e ampliar a discussão no âmbito legislativo, uma vez que ainda não existem leis que regularizam o tema. Assim, espera-se que sejam tomadas medidas para controlar a presença dessas substâncias nas águas brasileiras. Até o final deste ano, novas amostras serão coletadas em 21 capitais do país.

Além da UENF, participaram dos estudos as seguintes universidades: Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Brasília (UFB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Compostos emergentes:

São compostos químicos que não fazem parte daquele ambiente ou estão presentes em concentrações acima do natural. As origens desses compostos são diversas. Eles podem ser provenientes de remédios, produtos de higiene e aparelhos eletrônicos. A presença desses compostos em meio aquático é motivo de preocupação porque ainda se sabe pouco sobre todos os efeitos ambientais que podem provocar.

Atlas discute qualidade da água na Lagoa da Pampulha

“A palavra que definiria a atual condição da qualidade de água da Lagoa da Pampulha é ‘péssima’. A Lagoa se transformou, entre outras coisas, em um depósito de lixo”. É dessa forma que o coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios (LGAR), da Universidade Federal de Minas Gerais, o biólogo Ricardo Coelho se refere a um dos principais pontos turísticos de Belo Horizonte.

O LGAR lançou, em janeiro deste ano, o Atlas da Qualidade da Água do Reservatório da Pampulha, que apresenta a situação degradante em que se encontra a Lagoa. Dentre os principais problemas encontrados, cita-se: assoreamento, eutrofização (degradação de lagos e demais reservatórios devido ao excesso de nutrientes na água), deposição inadequada de lixo e alto risco de doenças de veiculação hídrica. O biólogo, que coordenou as pesquisas realizadas para a elaboração do Atlas, observa que a contaminação severa de metais pesados impacta diretamente na qualidade do pescado.

A Lagoa da Pampulha, inaugurada em 1938, durante a administração do prefeito Otacílio Negrão de Lima, foi construída para ser um reservatório de água para abastecimento humano. Alguns anos depois, a obra ganhou destaque com o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, tornando-se cartão-postal da cidade. A partir da década de 1970, no entanto, a represa já começava a sofrer um processo de deterioração ecológica.

Apesar dos péssimos índices apresentados, o Atlas destaca que é possível recuperar a Lagoa, desde que se façam esforços muito maiores do que os que têm sido feitos até hoje. Para Ricardo, o saneamento da rede de esgoto é apenas um pré-requisito, não uma obra de despoluição, como tem sido divulgado. Ele enfatiza, ainda, que a recuperação da Lagoa da Pampulha deve ser o resultado de um projeto específico multidisciplinar.

Com uma linguagem acessível e diversos gráficos ilustrativos, o Atlas da Qualidade da Água do Reservatório da Pampulha reúne o resultado de vários anos de pesquisa, desde a década de 1980 até hoje, direcionando-se para o público leigo. O Atlas está disponível no site do Projeto Manuelzão: Publicações → Biblioteca Virtual → Mapas → Mapas da Bacia do Onça → Atlas. ♦



FOTOS: AGENCIA PROJETO MANUEZÃO

Pampulha: desde a década de 1970 a Lagoa enfrenta intenso processo de degradação

Ainda tá em tempo

CRIAÇÃO DE NOVO NÚCLEO REÚNE FORÇAS PARA AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DA REGIÃO DO ISIDORO

NATÁLIA FERRAZ*

Estudante de Comunicação Social da UFMG

O Isidoro tem problema com captação de esgoto, tem uma das últimas áreas verdes de Belo Horizonte, tem ocupação urbana desordenada. E não tinha um núcleo empenhado na revitalização do Córrego. Não tinha. Desde o início de junho está funcionando o Núcleo para Revitalização da Bacia do Isidoro. O grupo tem como objetivos favorecer a participação organizada da comunidade pela revitalização da Bacia, que fica na Região Norte de Belo Horizonte, e buscar a melhoria da qualidade de vida da população e das águas do Isidoro.

A região, que já sofre com acúmulo de lixo, assoreamento de ribeirões e poluição, passa por um intenso processo de expansão urbana. Contribuem para este cenário construções como a Cidade Administrativa, o Shopping Estação, a Catedral Metropolitana Cristo Rei e o Projeto Granja Werneck. A proposta de criação do Núcleo surgiu do encontro entre a política do Projeto Manuelzão e discussões que aconteciam na câmara técnica do Conselho Municipal de Saúde. “Vimos a necessidade de buscar amparo para as condições de saúde daquela região e de se criar essa dobradinha entre saúde e meio ambiente para preservar a área e promover uma ocupação adequada e racional”, afirma o Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Paulo César Pereira, o Paulinho. O resultado das discussões veio em maio, quando o Conselho Municipal de Saúde aprovou a Resolução 318/12, instituindo que haja na cidade uma política ambiental efetiva, interceptação de todos os esgotos, revitalização dos cursos d’água, entre outras medidas. O documento também previa a criação do Núcleo pela Revitalização da Bacia do Isidoro.

A primeira reunião do Núcleo aconteceu no dia 27 de junho. A ideia é que ele se configure como um espaço de discussão dos problemas, de forma a viabilizar ações e políticas públicas para resolvê-los da melhor maneira possível. “O que o Núcleo tenta fazer é que essas ações sejam realmente positivas para o conjunto da Bacia, não somente em benefício de alguns e com prejuízo de todos, inclusive do ambiente”, explica o coordenador geral do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano. Dessa forma, será possível equilibrar o desenvolvimento com um certo grau de ordenamento humano, urbano e ecossistêmico.

Assim como os Núcleos Manuelzão já existentes, o novo Núcleo é formado por representantes dos três segmentos da sociedade. Foram convidados a participar os

principais empreendedores da região, as instituições públicas envolvidas e também cidadãos que se destacam na luta ambiental e nas associações de bairros.

Apesar da conquista que a criação do Núcleo pela Revitalização da Bacia do Isidoro representa, ainda há muito a ser feito. Segundo a estudante Luciana Gomes, que mora no bairro Jardim Felicidade e participa do Núcleo como representante da sociedade civil, ainda é preciso ter diretrizes mais claras, divisão de funções e compromisso. “Eu faço parte do Núcleo, mas aí eu vou hoje, não vou amanhã... Qual é a minha responsabilidade em cima disso?”, enfatiza. A estudante também falou sobre o funcionamento das reuniões. Elas devem servir não só como espaço de questionamento, mas também de resolução dos problemas levantados.

TRABALHO PELA FRENTE

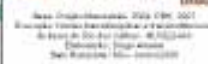
A Bacia do Ribeirão Isidoro é formada por 280 nascentes e 64 córregos. O Isidoro deságua no Ribeirão do Onça, principal afluente do Rio das Velhas. Alguns desses cursos d’água se encontram em boa qualidade ambiental e ainda têm suas margens preservadas. Muitos, no entanto, recebem grandes quantidades de esgoto e dividem espaço com os bota-foras. De acordo com Luciana, o aumento significativo da população agravará bastante os problemas já existentes. “São bairros que foram sendo construídos sem estrutura pública, sem equipamento público nenhum. Faltam equipamentos

FOTO: GISLANE ALVES



Degradação do Córrego do Nado, no bairro Santa Mônica, em Belo Horizonte, revela gravidade dos problemas enfrentados na Bacia do Isidoro

A map of the Iberian Peninsula with a red outline indicating the study area in central Spain. The map shows the coastline and major river networks. A small inset map in the top left corner shows the location of the study area within the context of the entire Iberian Peninsula.



O ASSUNTO É

Diários do sertão

BREVES RETRATOS DO CERRADO MINEIRO APÓS 60 ANOS DA VIAGEM DE GUIMARÃES ROSA

ANNA CLÁUDIA PINHEIRO, LUÍS CUNHA E NATÁLIA FERRAZ
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Árvores sem folhas, terra seca e uma casinha de pau-a-pique. Essa é uma das imagens que surgem em nossa mente quando ouvimos falar em sertão. Mas não precisa ser sempre assim. Também é possível enxergar literatura no sertão de Minas Gerais. Durante a Semana Roseana, que acontece na cidade mineira de Cordisburgo, muitas pessoas podem ver o sertão de outra forma: através dos olhos de Guimarães Rosa.

FOTO: AÇERVO PROJETO MANUELAZÃO



Como acontece anualmente, há um tema que guia as atividades do evento. Neste ano, a programação foi inspirada nos 60 anos da viagem de Rosa pelo sertão mineiro e ocorreu entre os dias 24 e 30 de junho. Em maio de 1952, o escritor iniciou o seu trajeto de 240 km, entre a Fazenda da Sirga, situada em Andrequicê, e a Fazenda São Francisco, em Araçaí, na região central de Minas Gerais.

Guimarães Rosa percorreu lugares que hoje se encontram degradados ou não existem mais, como veredas e povoados. Atualmente, o cerrado divide o cenário com o eucalipto, que é cultivado na região para dar conta da crescente demanda de energia das siderúrgicas.

Acompanhado por oito vaqueiros — entre eles Manuel Nardi, o Manuelzão — que guiavam 300 cabeças de gado, Rosa escreveu em cadernetas suas percepções acerca da viagem. As anotações de dois diários, denominados pelo autor de “A Boiada 1” e “A Boiada 2”, foram utilizadas na produção de suas obras, como *Corpo de Baile* (1956), *Grande Sertão: Veredas* (1956) e *Tutaméia* (1967).

DETALHES IMPORTANTES

Durante seu doutorado em Ciências Sociais, a bióloga e professora da Faculdade de Educação da UFMG, Mônica Meyer, teve acesso aos registros de Guimarães Rosa relativos à viagem ao sertão mineiro. O contato com “A Boiada 1” e “A Boiada 2” motivou a pesquisadora a trabalhar com as anotações para escrever uma tese sobre as relações entre o homem e a natureza, que virou o livro *Sertão Natureza: a Natureza em Guimarães Rosa*.

Ao registrar a viagem, Rosa foi bastante atento. “Ele apreende aquele instante como se, por meio das anotações, ele estivesse fotografando o momento. Ele descreve em detalhes a hora, onde que estava, ele quer saber o nome de cada bicho e planta”, diz Mônica. Dessa ma-

neira, a natureza acaba se tornando um personagem em vez de ser apenas um palco onde se desenrolam as histórias. “À medida que Guimarães Rosa vai escrevendo, ele descreve o dia, tudo o que está vendo, cheirando, apalpando, ouvindo”, explica a bióloga. “Não são só pássaros e árvores, mas é água, ar, vento, as conversas dos vaqueiros, os versinhos, as quadras, as brincadeiras”.

Mata-barata: fruta (moitazinha) no “alegre”. Está de vez. Cheira muito. Em junho, quando maduro, sente-se seu cheiro de longe. (É um cheiro entre o de grão-de-galo e o do pequi). CHEIROS: bate-caixa (flor), laranjeira-do-campo, cagaiteira (flor), pequi (flor) - fede!

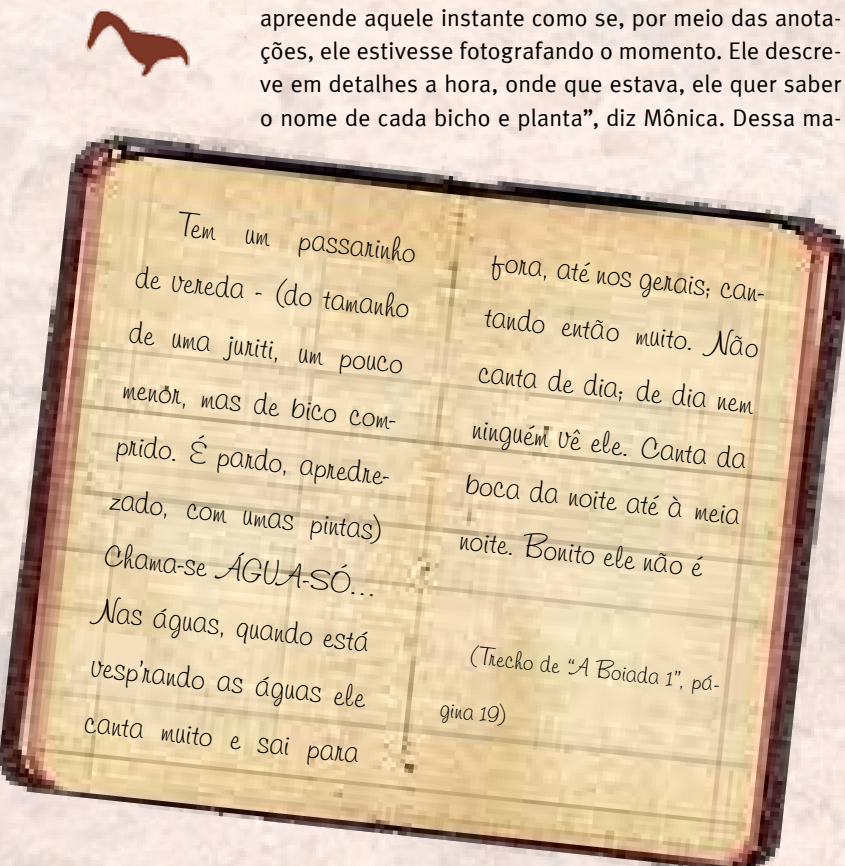
(Trecho de “A Boiada 2”, página 36)

O trabalho de Guimarães Rosa vai além da mera descrição e catalogação da vida no cerrado. A passagem do escritor pelo sertão mineiro produziu diferentes interpretações das figuras que ali encontrou. Sua maior contribuição está na profundidade do olhar. A grande percepção de Rosa consiste em enxergar com sensibilidade o que está por trás da natureza e da cultura local. “Ele valoriza o conhecimento, a cultura popular. Ele está ali, aprendendo com os vaqueiros, dando voz ao mundo dos vaqueiros, dos bichos, das plantas, dos rios, do vento, da terra, do céu, valorizando aquela cultura sertaneja, respeitando o outro”, diz Mônica.

CAMINHADA PELO SERTÃO RESGATA PARTE DO TRAJETO DA VIAGEM DE GUIMARÃES ROSA

Às sete horas da manhã do dia 30 de junho começava o Café Sertanejo na Escola Estadual Mestre Candinho, no centro de Cordisburgo. Aproximadamente 200 pessoas se preparavam para a Caminhada Eco-Literária, que há 15 anos integra as atividades da Semana Roseana. Organizada pelo Grupo Caminhos do Sertão, a Caminhada tem o objetivo de mostrar aos visitantes os lugares por onde Guimarães Rosa passou durante sua viagem e que inspiraram suas obras. Este ano, o destino foi a Fazenda de São Tomé, ponto do trajeto percorrido pelo escritor em 1952.

Durante o café da manhã, fomos surpreendidos por uma presença inusitada: um boi adentrava o pátio da escola, dançando ao som do violão e obedecendo às ordens de integrantes do Caminhos do Sertão, que cantavam e recitavam trechos de cantigas populares. Quem encenava o papel do boi era uma pessoa vestida com uma armação de cipó coberta de chita e um crânio bovino. Tratava-se de uma apresentação de bumba-meu-boi, auto do folclore popular brasileiro que encena o rapto, morte e ressurreição do boi, misturando dança, música, teatro e circo.



Após a apresentação, seguimos de ônibus até onde se iniciaria de fato a Caminhada. Foram cinco paradas até chegar à Fazenda. Durante essas paradas, um dos membros do Grupo Caminhos do Sertão entoava músicas próprias e outras, como “Boiada”, de Almir Sater e Renato Teixeira, acompanhado por um colega, que recitava trechos do conto roseano “Entremeio: Com o Vaqueiro Mariano”, que integra o livro *Estas Estórias* (1969).

muito bem humorado e às vezes ele mesmo faz os versos na hora que está falando. Então a gente já vai captando”, diz a coordenadora geral do Catapoesia, Solange Borges. “Ele é um mestre mesmo, um mestre vivo”.

Depois de apresentar seu livro e distribuir autógrafos no lançamento, Sr. Toco conversou conosco sobre sua relação com o sertão. Seguindo uma tradição familiar, aprendeu a utilizar plantas medicinais da região para produzir seus próprios remédios. Segundo ele, em torno de 20 anos atrás, foi diagnosticado com doença de Chagas por médicos e a previsão era de mais seis meses de vida. Entretanto, Sr. Toco hoje está bem graças a remédios naturais: “a medicina do cerrado é aquela que Deus deixou. Não tem hormônio, não tem droga, não tem conservante, não tem nada. Ela é puríssima, natural”, explica.

O aposentado se entristece com a destruição do cerrado. Para ele, o bioma está sofrendo uma degradação pelas mãos dos homens, que cortam, incendeiam, plantam eucalipto e aprovam projetos de lei que permitem o desmatamento. “Se pensar certinho, o que é o cerrado? É vida. Tem várias qualidades de frutos, tem tantas plantas medicinais, aves e outros animais que se não tiver o cerrado, não sobrevivem. Tá acabando tudo”, lamenta. Ele está sempre disposto a passar seus conhecimentos para frente: “eu me coloquei à disposição de quem quiser aprender o pouco que eu sei, porque eu sei muito pouco. Eu sei um nadinha, pequenininho assim, mas vale”.

PROJETO COM ESTUDANTES MANTÉM TRADIÇÃO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM CORDISBURGO

O Grupo de Contadores de Estórias Miguilim, que narra contos de Guimarães Rosa, foi criado em 1995. Para a seleção das turmas, são abertas inscrições nas escolas de Cordisburgo. Os alunos selecionados passam por várias etapas até se formarem Miguilins, podendo continuar no Grupo até terminarem o Ensino Médio.

Ao começarem a participar, os alunos são orientados pela pedagoga Lúcia Goulart, que conversa com eles a respeito da importância de se participar do grupo e ensina técnicas para contar histórias por meio de fábulas e textos “simples”. A segunda etapa de preparação é feita com as diretoras do Grupo, Dora Guimarães e Elisa Almeida, que começam a ensinar Guimarães Rosa e aprofundar na arte de contar histórias. Elas ensinam os alunos a serem fiéis ao texto, principalmente no caso dos escritos de Rosa. “É muito perigoso tentar fugir, pois você acaba tirando o Guimarães Rosa do texto se você ‘brincar’ muito”, comenta o coordenador do Grupo de Contadores de Estórias Miguilim, Fábio Barbosa.

Na fase final de preparação, os estudantes vão para o Museu Casa Guimarães Rosa, onde Fábio passa para eles um roteiro de como receber o visitante, explicar sobre a vida e a obra de Guimarães Rosa e narrar as histórias ao final das visitas. Segundo o coordenador, o curso é difícil e nem todos os alunos o concluem. As inscrições para a turma atual começaram com cerca de 60 candidatos e apenas

Ao final de cada parada, o som do berrante indicava que era hora de seguirmos caminho. Segundo o coordenador do Grupo de Contadores de Estórias Miguilim, Fábio Barbosa, que também faz parte do Grupo Caminhos do Sertão, a Caminhada ajuda a chamar a atenção das pessoas para a preservação do meio ambiente. “Esse ano vamos levar um senhor que é daqui de Cordisburgo, porque nós tentamos sempre valorizar as pessoas da comunidade. Ele conhece muito das árvores do cerrado e vai falar sobre elas”, explicou. Esse senhor é o lavrador aposentado José Vitor de Souza.

MORADOR DE CORDISBURGO FALA SOBRE CULTURA POPULAR EM LANÇAMENTO DE LIVRO

“O sertanejo, quando fala do cerrado, por menor que seja o conhecimento que tenha, ele fica satisfeito. E eu adoro!”, nos agradeceu o lavrador aposentado José Vitor de Souza, conhecido como Sr. Toco Pequii. Ao som de uma sanfona, conversamos após o lançamento de seu livro, *Tocos do Cerrado*, no dia 29 de junho.

A iniciativa do lançamento é do Projeto Catapoesia, que tem como objetivo coletar histórias de vida, casos e memórias nas comunidades para construção de livros artesanais com capa de papelão, incentivando a leitura, a escrita e a educação ambiental. “O Sr. Toco facilitou muito nosso trabalho porque ele tem um conhecimento muito grande, é

25 chegaram ao processo final. É preciso ler e estudar muito, além de decorar os textos. “A gente fala que tem que ter um pouco de dom também, porque tem o trabalho artístico e às vezes a criança não tem uma queda por esse tipo de coisa e acaba desistindo”, explica Fábio.

Para a guia turística Cristina Santos, esse projeto é importante em uma cidade que oferece poucas oportunidades para os jovens e reforça a ligação com a literatura. A estudante Iara Oliveira, de 18 anos, que acaba de sair dos Miguilins, afirma que a experiência foi muito importante culturalmente e abriu muitas portas: “Se eu não estivesse no Grupo, não teria conhecido tantos lugares como conheci”. Além disso, ela acredita que participar do projeto e das atividades da Semana Roseana modificou sua relação com o meio ambiente: “Guimarães Rosa cita a natureza com muito carinho nos livros e você passa a ter mais consciência”, comenta.

**As ilustrações utilizadas nesta reportagem são baseadas no trabalho de Poty Lazzarotto publicado na primeira edição de Grande Sertão: Veredas. ♦*

Grupo Caminhos do Sertão narra trechos de Rosa durante Caminhada Eco-literária, em Cordisburgo

A Semana Roseana acontece todos os anos em Cordisburgo, município mineiro a 85 km de Belo Horizonte. É sempre na semana de 27 de junho, data de aniversário de Guimarães Rosa. A tradição teve início há 24 anos com a ideia da Academia Cordisburguense de Letras Guimarães Rosa de homenagear o escritor, que nasceu na cidade. “Começou com eventos mais fechados na Academia mesmo, como lançamentos de livros e posse de acadêmicos. Depois apareceram outros parceiros, como a Associação dos Amigos do Museu Casa Guimarães Rosa, o Museu, a Prefeitura...”, conta o coordenador do Grupo de Contadores de Estórias Miguilim, Fábio Barbosa, que também faz parte do Grupo Caminhos do Sertão.

A programação da Semana Roseana, que tem como objetivo aproximar as pessoas da obra de Rosa, é composta por atividades como apresentações de dança, contação de histórias, lançamentos de livros, mesas-redondas, oficinas de artesanato, shows, teatro e a Caminhada Eco-literária. Segundo Fábio, o público é formado principalmente por estudantes, pesquisadores, professores e moradores de Cordisburgo.

Para a guia turística Cristina Santos, o evento é muito reconhecido devido à importância da obra de Guimarães Rosa, que retrata as ansiedades, desejos e sentimentos do sertanejo. “Vem grupos do Brasil inteiro e até estrangeiros para conhecer Cordisburgo, uma cidade tão pequena que mostrou para o mundo um grande escritor”.



FOTO: GILSON DE SOUZA

Um começo

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE CURVELO TEM BONS RESULTADOS, MAS LEVANTA QUESTIONAMENTOS

EDUARDA RODRIGUES E ISABELA MEIRELES
Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Em 2012, Curvelo deu um passo importante: colocou em funcionamento sua Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Além dos benefícios trazidos para toda cidade, a medida contribui para a melhoria da qualidade das águas da Bacia do Velhas. Em maio, a Copasa inaugurou a Estação Santo Antônio, que custou cerca de R\$ 26 milhões de reais à concessionária.

Na zona urbana já é possível verificar as mudanças trazidas pela ETE. O Córrego Santo Antônio e o Riacho Fundo, que atravessam a cidade, apresentam melhoras significativas. Mesmo assim, ainda prevalecem questionamentos sobre a prestação do serviço e a postura de alguns moradores, que avaliam que a taxa cobrada pelo tratamento dos efluentes é alta e resistem a pagá-la.

Processo de limpeza das grades, no tratamento preliminar da ETE de Curvelo para a retirada de resíduos maiores



FOTO: ISABELA MEIRELES

LIMPANDO A SUJEIRA

A Copasa possui um contrato de permanência de 30 anos no município, segundo o técnico em tratamento de esgoto da Copasa em Curvelo, José Mauro Salgado Braga. Ele reforça a necessidade de atuar a longo prazo na preservação dos recursos hídricos da Bacia. Essa preocupação se reflete, por exemplo, no fato de que a ETE foi construída com capacidade de expansão para atender o dobro da demanda atual.

O projeto foi desenvolvido pela Copasa para tratamento secundário do esgoto do município, exceto distritos e áreas rurais. “Hoje coletamos cerca de 85% do esgoto de Curvelo e tratamos 100% de todo o esgoto coletado. Alcançamos 86% de eficiência na remoção de matéria orgânica, valor acima do exigido pela legislação”, explica José Mauro Braga.

“Com a operação da ETE, os rios estão voltando às condições naturais. Já se observa clareamento na cor do curso d’água, bem como a volta de cardumes de peixes, que servem como meio de subsistência das comunidades ribeiras”, completa.

DOIS LADOS

Apesar das melhorias constatadas, há questionamentos relacionados à ETE. É nítida a melhora da salubridade da água, trazendo qualidade de vida para a região. No entanto, mesmo a Estação possuindo um queimador de biogás que minimiza a emissão de metano na atmosfera, percebe-se um desconforto devido ao mau cheiro exalado durante o tratamento do esgoto. Além disso, há mais uma taxa que cai na conta da população. É daí que se origina outra reclamação por parte do poder executivo e da própria comunidade.

Segundo o assessor de fiscalização técnico-operacional da Agência Reguladora de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas (Arsae), Marcos da Gama, o custo de um sistema de esgoto é mais alto do que o de fornecimento de água. Para a construção de uma ETE, o gasto é maior na parte da rede, uma vez que ela precisa ser mais profunda para dar decaimento, já que não tem pressão como a água. “Há uma reclamação maior por pagar a coleta e o tratamento do esgoto porque a população não quer saber do efluente após a saída de casa. As pessoas valorizam muito a água, porque quando você abre a tor-

neira ela precisa estar lá. O problema é cultural e vai ser modificado com o tempo. É a Prefeitura que pode estabelecer campanhas para que as pessoas se liguem à rede de esgoto, aplicando multas em caso contrário”, afirma Marcos.

Nesse sentido, o poder executivo tem investido em políticas de educação ambiental, pois acredita que a população ainda precisa entender que o esgoto não deixa de ser um problema quando é levado para fora das residências. “A questão social, educação ambiental e mais informação para os curvelanos também são importantes. Com a conscientização e cada um fazendo a sua parte é possível alcançar a Meta 2014”, observa a responsável pelo Setor de Meio Ambiente de Curvelo, Alice Mascarenhas. As ações de educação ambiental da cidade contemplam caminhadas ecológicas e cursos de capacitação com o envolvimento da comunidade.

APURAÇÃO

Criada em 2009, a Arsae é responsável por monitorar o trabalho de prestadoras de serviços, como a Copasa. A Agência realiza visitas programadas nos municípios, fiscalizando se os serviços estão de acordo com as recomendações previstas em lei. Também podem acontecer visitas emergenciais que surgem a partir de denúncias ou reclamações.

No caso de Curvelo, a visita dos fiscais, agendada para acontecer no final do ano, foi antecipada para março, a pedido da Prefeitura. “Havia muita reclamação dos moradores que estavam pagando uma taxa enorme de esgoto em lugares onde ainda não tinha esgotamento sanitário”, explica Alice Mascarenhas. Segundo ela, o acréscimo representa 75% de aumento na conta de água.

Outros pontos também foram relatados, entre eles a não divulgação da mudança da tarifa de esgoto coletado/tratado e do despejo de esgoto no Córrego Santo Antônio, na altura da estação elevatória, que se dá pela existência de um desvio chamado *bypass*, utilizado em época chuvosa.

A Copasa apresentou comprovantes dos gastos com a veiculação de propaganda em meios de comunicação da cidade, segundo a fiscal da Arsae que elaborou o relatório da visita, Taiana Netto. Já sobre o despejo de esgoto, de acordo com o relatório da Agência, a utilização do *bypass* ocorre pelo fato das redes de drenagem urbana e coletora de esgoto não estarem completamente separadas. Com isso, o volume de água que chega à ETE em períodos de chuva é maior. De acordo com Taiana Netto, a melhor forma seria a existência de uma reserva para conter a água da chuva antes dela passar pela ETE. “Assim dá tempo para poder tratar, mas fica muito mais caro você tratar também a água pluvial, porque vai ter que dimensionar o tratamento não só para o esgoto proveniente da população”, salienta Taiana.

FOTO: ISABELA MEIRELES



A Caixa de Distribuição de Vazão encaminha o esgoto para o processo de tratamento biológico que acontece nos reatores anaeróbios.

A Prefeitura também solicitou à Arsae que verificasse possíveis cobranças de serviços de tratamento não efetivamente prestados. De acordo com o assessor da Agência, Marcos da Gama, ainda está sendo investigado se existem bairros ou casas que têm coleta de esgoto, mas não possuem tratamento.

Após a vistoria realizada pela Arsae em Curvelo, foi elaborado um relatório sobre todos os problemas identificados. A partir desse documento, a prestadora de serviço deverá apresentar sua defesa e um plano de ação de regularização que será acompanhado pela Agência.

COMO É FEITO

A operação de uma ETE segue os padrões da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). O tratamento realizado em Curvelo consiste nas seguintes fases: tratamento preliminar, reator anaeróbio de fluxo ascendente, filtro biológico percolador e decantador secundário. Começa-se, então, com a retirada de corpos maiores até chegar ao trabalho de decomposição das bactérias no composto orgânico restante na água.

Uma equipe treinada faz vistorias regulares para identificar possíveis problemas e tentar solucioná-los a tempo. Para o bom funcionamento da ETE, é importante promover ações de manutenção, como limpezas do gradeamento no tratamento preliminar e testes laboratoriais realizados para controle do processo. ●

Um dia após o outro

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS COMPLETA 14 ANOS

ISADORA MARQUES

Estudante de Comunicação Social da UFMG

Este ano o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas) comemora 14 anos de existência. Criado pelo Decreto Estadual 39.692, de 1998, o Comitê é composto pelo poder público estadual e municipal, usuários de recursos hídricos (empresas) e sociedade civil organizada.

Sua finalidade é viabilizar, no âmbito da gestão de recursos hídricos, um programa de investimento e consolidar a política de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento da Bacia. Desde a sua criação, o CBH Velhas enfrenta desafios, mas sua história também é marcada por conquistas.

PRIMEIROS PASSOS

Segundo o presidente do Comitê de Bacia do Velhas, Rogério Sepúlveda, o primeiro desafio foi começar a funcionar efetivamente. Logo após sua criação, o Comitê não tinha recursos que assegurassem a sua manutenção e dependia, portanto, de algumas entidades do Estado para funcionar.

Fortalecer a participação da sociedade civil nos primeiros anos do Comitê também exigiu muita articulação e esforços. Em 2003, essa luta atingiu um marco importante: o Projeto Manuelzão chega à presidência do CBH Velhas. Nesse ano, foi realizada a Expedição Manuelzão desde o Rio das Velhas, que mobilizou grande parte da população da Bacia e chamou a atenção para o Rio, cuja qualidade de água se encontrava em péssimas condições.

Em seguida, o Manuelzão lançou a Meta 2010, com a proposta de navegar, pescar e nadar na Bacia do Rio das Velhas até o ano de 2010. Além de colocar a revitalização de rios na agenda do estado, a proposta foi recebida pelo Comitê do Velhas, que a tornou parte principal do Plano Diretor de Bacia Hidrográfica, lançado em 2004. “O Plano estabeleceu vários programas e metas, mas muitos deles não conseguiram ser concluídos por causa do aporte insuficiente de recursos e do pouco detalhamento”, pontua o membro da equipe de mobilização do CBH Velhas, Rodrigo Lemos. Além disso, o Plano previa atualizações de dois em dois anos, o que não aconteceu.

Ainda em 2004, foram institucionalizados os subcomitês, estruturas descentralizadas aprovadas pelo Comitê. Os atuais 14 subcomitês tiveram origem em Núcleos Manuelzão, uma forma participativa pela qual o Projeto trabalhava dentro da Bacia desde 2002.

ANDANDO POR CONTA PRÓPRIA

Apesar de ter elaborado o Plano Diretor da Bacia, o CBH Velhas ainda devia cumprir uma etapa importante: sua estruturação, que dependia da arrecadação de recursos e da criação de uma agência de bacia que pudesse executar as suas decisões. Foram feitos, então, os primeiros estudos da cobrança dos recursos hídricos e dos modelos possíveis de agência de bacia. Em 2006, foi aprovada e criada a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo).

Nos anos seguintes, o Comitê já possuía uma estrutura mínima de funcionamento, mas ainda não havia arrecadação de recursos próprios. Por esse motivo, ele continuou funcionando sem sede própria. De julho de 2003 a fevereiro deste ano, uma sede provisória foi emprestada pelo Projeto Manuelzão.

Em 2010, inicia-se a cobrança pelo uso da água. “Com o início da arrecadação, se começa a ter capacidade gerencial e uma estrutura que não depende mais de outras entidades”, conta o presidente do Comitê. Uma das conquistas nesse novo cenário foi o aluguel da sede própria do CBH, no último mês de março.



Foto: ACENOCBHVELHAS
Evento comemorativo dos 14 anos do CBH Velhas

UM LEÃO POR DIA

Os desafios hoje estão relacionados à consolidação do modelo de gestão que vem sendo construído ao longo desses 14 anos. De acordo com Rogério Sepúlveda, esse modelo implica a descentralização e a participação dos três segmentos. Além disso, conciliar os interesses dos representantes que compõem o CBH Velhas é um contínuo desafio: “a gestão dos conflitos é um trabalho do Comitê, é para isso que ele serve”.

Embora os três segmentos tenham o mesmo número de representantes, a participação no Comitê nem sempre é igual. Rogério explica que a sociedade civil está se aprimorando nos debates, em um processo de acúmulo de conhecimentos. “Já os usuários têm uma ação ativa na agência de bacia. No Plenário, porém, a gente precisa aprimorar, sair da discussão das outorgas e ir para além disso”, afirma. “A gente sempre sente que o poder público estadual tem umas lacunas de participação”. Por outro lado, os municípios têm sido cada vez mais presentes.

Para aproximar a gestão municipal da gestão das águas, o CBH Velhas criou uma parceria com os municípios, ajudando-os a fazer seus planos e projetos de saneamento. “Há recursos disponíveis para as ações de saneamento, mas normalmente os municípios não têm informação qualificada o suficiente para acessar esse recurso. Por isso, o Comitê oferece apoio técnico”, esclarece Rodrigo.

Outra linha de ação são os projetos hidroambientais, cujas diretrizes são escolhidas pelos membros dos subcomitês e que se voltam para o território das sub-bacias. Segundo Rogério, dez projetos já foram entregues à agência de bacia, que irá executá-los. Três deles estão em andamento: os projetos dos subcomitês Arrudas, Onça e Ribeirão da Mata. Os outros sete devem ser contratados ainda em 2012.

DESAFIOS À VISTA

A principal ação em curso é a atualização do Plano Diretor, que será iniciada ainda neste ano. Estão previstas consultas públicas nas 23 Unidades Territoriais Estratégicas, a fim de conhecer as demandas das comunidades da Bacia do Velhas e sua percepção sobre a gestão das águas. “O Plano não será mais Alto, Baixo e Médio Rio das Velhas, como o de 2004. São trechos muito diversos, eles não representam a diversidade das sub-bacias do Rio”, avalia Rogério.

A proposta é que o Plano Diretor atualizado seja válido por 20 anos, de modo a ir agregando os resultados da Meta 2014. “A partir daí vamos pensar na poluição difusa, em um programa de recuperação ambiental da Bacia como um todo, sair só do saneamento. A gente tem que ir além disso”, enfatiza. A atualização também vai fazer uma avaliação do que foi concluído do Plano Diretor de 2004 e dar

diretrizes para o reenquadramento das classes dos cursos d’água da Bacia.

Além disso, algumas relações com outras entidades precisam ser fortalecidas. Atualmente, o CBH Velhas está tentando retomar, por exemplo, a aproximação com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, do qual o Rio das Velhas é afluente. O relacionamento com a agência de bacia, para Rogério, também precisa ser melhorado: “isso está em construção ainda. A agência precisa entender melhor como é o funcionamento da gestão porque ela é nova, a maturidade está no Comitê. Então é fundamental que esses dois entes estejam funcionando harmonicamente para poder ter bons resultados”. ♦

AGB Peixe Vivo

Se o comitê de bacia hidrográfica é o órgão deliberativo que faz a gestão dos recursos hídricos de uma bacia, a agência é o seu braço executivo: a entidade que executa as decisões do comitê. Dotada de personalidade jurídica própria e sem fins lucrativos, a agência presta apoio técnico, administrativo e financeiro ao comitê. Criada em 2006, a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo) é a agência de bacia do CBH Velhas, do CBH São Francisco e de outros seis comitês de bacia hidrográfica mineiros. “O grande problema é que a agência de bacia está deixando de ser esse órgão executivo do Comitê. Ela não pode ser independente do Comitê”, critica o idealizador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer. Para ele, também é fundamental que a AGB Peixe Vivo priorize a Meta 2014: “a meta do Comitê agora é a Meta 2014. E tem que ser a meta da agência. A AGB tem que impulsionar a Meta porque essa é a proposta para revitalizar o Velhas”.

Em março de 2012, CBH Velhas conquista sede própria no bairro Floresta, em BH



FOTO: ISADORA MARQUES

Plano de saneamento:

Envolve as quatro vertentes de saneamento básico: esgotamento, abastecimento de água, gestão dos resíduos e drenagem.

Projetos de saneamento:

Têm uma liberdade maior por serem projetos executivos.

Os rios dos outros

ELTON ANTUNES

Professor da UFMG e coordenador do subprojeto Manuelzão Dá o Recado

As meninas aqui de casa sempre preferem ir ao centro pelo caminho do rio. São dois quilômetros e meio entrando à esquerda no Largo de Santa Tecla. Caminha-se margeando o Rio Este por não mais que mil metros. A água desce calma e parece limpa, as pedras no leito dão uma beleza insuspeitável ao lugar. De pedra são também as cinco ou seis casas que estão fincadas às margens, certamente há dezenas de anos. Árvores, bancos, quadras, gramado, sombra. É mesmo o melhor caminho até o centro de Braga.

O verão português andou carregando nas temperaturas em 2012. Mas o vento fresco no rosto à beira do rio ameniza os quase 35 graus. Barcos que vêm e vão, diversão das bicicletas na orla, muita gente a jogar conversa fora, pescadores, peixes em profusão despertam as crianças, aves de um lado para o outro. O barulho da água tranquiliza, faz sentar e não querer se ir. No cais em Lisboa, à beira do Tejo e seu estuário em forma de estômago; na Beira, na cidade do Porto, a bebericar contemplando as pontes, o desfiladeiro, as margens; nas beiradas da foz do Lima em Viana do Castelo, quase na Espanha. O rio convida.

Embicar por uma estrada secundária no norte é obrigatório. Vai-se a contemplar a paisagem e se esquecer da vida. Barcelos, Vila Verde, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho. Distritos, curvas, montanhas e vez por outra uma ponte. Grande chance de aparecer uma placa marrom com os dizeres “Praia fluvial”. As maiores são artificializadas, intervenções com parques, barracas, área de piquenique. Outras, apenas um banco de areia na curva do rio. O que todo mundo procura é verde, trilhas, sombra e a indicação de outra tabuleta: “Água própria para banhos”.

Em Barcelos, na virada de abril/maio, Festa das Cruzes, celebração que vem do século XVI. À meia noite, frio, uma ponte medieval e queima de fogos com *status* de ano novo e milhares de velas à beira do rio Cávado. Na cidade de Ponte de Lima, a ponte é também medieval e um pedaço romana. De um lado, a vila histórica. Vê-se ainda restos de um areal. Na outra margem, um espaço arborizado, amplo, com bancos. Merenda-se, alguns entram na água do rio, o Lima, também apelidado de “Lethes”, o Rio do Esquecimento. O melhor é se esquecer e cochilar. E depois ver, passear e cheirar os jardins. O rio faz parte da história.

ESTAR PERTO

É muito bom estar em todos esses lugares em que o rio é parte essencial da vida de todo dia. Provoca sensações esquecidas e outras inimagináveis, principalmente de quem vem da memória recente dos córregos, rios e ribeirões da Bacia do Velhas. Primeiro

que se pode ver o rio, diferentemente do Arrudas, enterrado (ainda vivo?) no caixão de cimento chamado Boulevard. Algumas de nossas gerações talvez tenham que frequentar no futuro um “rionário” para conhecer essas “espécies extintas”. E se até as cores de um fim de tarde poluído em BH despertam certa poesia, um rio na paisagem faz muita diferença. É sempre aquela cena que apreende o olhar: “mas que lugar bonito”. Outrora no gesto com pincéis, agora no botão da máquina fotográfica, os rios, definitivamente, estão na nossa representação de natureza bela.

“ *Algumas de nossas gerações talvez tenham que frequentar no futuro um ‘rionário’ para conhecer essas ‘espécies extintas’* ”

Estar perto do rio é também ouvir sons desaparecidos, pássaros, a própria descida da água e, se for um lugar em que a cidade não o devorou por completo, por um momento não ouvir os carros. Não sendo um canal revestido, com margens a permitir o acesso, pede-se também um contato com a água: molhar os pés, sentir outra temperatura do dia. E as pontes por si só fascinam. Seja monumental e de pedra ou uma simples pinguela de madeira. Atravessar o rio, ir do outro lado, passar para a outra margem. Um rio traz sempre outras margens para a imaginação.

Desde que comecei a atuar no Projeto Manuelzão, convenci-me de que os rios tinham que fazer parte da vida das cidades. Digo convenci-me porque até então o que conhecia dos rios nas cidades não sustentava muito esse ideal. Os que ainda corriam a céu aberto eram sujos, mau cheirosos, locais feios para se estar. Às vezes em um pequeno lugarejo ainda víamos uma relação diferente das pessoas com alguns cursos d’água, mas casos raros ou mais idealizados do que efetivos. Com três meses morando no norte de Portugal, pude de novo reconhecer a importância de um rio presente na experiência cotidiana.

VER COM DISTANCIAMENTO

Esse estar perto impressiona, até pelo contraste sentido. Mas é preciso também guardar alguma distância para ver o rio que passa. O caminho agradável que o Rio Este percorre, por exemplo, é o Vale de Lamações, área de Braga que nos últimos 15 anos assistiu a uma feroz expansão urbana. De região agrícola com solos férteis, recheado de quintas, tornou-se um vale de altos prédios. Muitas construções se deram em fundo de vale. Diminuiu-se fortemente a área de drenagem, fazendo surgir problemas de inundações em períodos de chuva intensa.

O Rio Este, como outros em Portugal, foi desviado, retificado e canalizado em alguns trechos, revestido com pedra e betão, com redução da vegetação ribeirinha e perda de sua fauna na-

tural. Seu leito de cheia virou também área construída. A forma do vale, que favorecia um sistema local de brisas, assiste agora, segundo os moradores, a um aquecimento constante. O ar circula menos e o arejamento é menor. Aterros e taludes mudaram o relevo. O Este, visto com outros instrumentos, está sujo. Só ainda não se tornou indesejado.

O Lima bom para descansar é de fato belo. Mas o areal já foi muito maior e está desaparecendo. O lugar, em vez de ser recuperado, foi sendo substituído por estacionamento! Os carros agora aparecem no enquadramento da foto da ponte que todo turista busca. A praia fluvial, que há alguns anos era considerada das mais belas do país, deixou de existir.

E as praias no Cávado, o outro e maior rio que corta Braga, também enfrentam essas mesmas agruras. Várias das praias fluviais pelo interior do país têm condição imprópria para balneabilidade. Contaminação de origem fecal e resíduos da produção agropecuária afetam a qualidade das águas. Muitos dos rios têm que conviver com poluição urbana, industrial e da produção agropecuária.

RECONHECIMENTO

Os diagnósticos e estudos apontam que os rios em Portugal têm obtido nos últimos cinco anos melhoria da qualidade das águas com medidas como obras nos sistemas de saneamento e requalificação das zonas ribeiras. O Douro, o Tejo e o Lima em seus estuários são bons exemplos. As ações têm buscado reconstituir as margens com aplainamento e assegurar boas condições de balneabilidade para que o rio seja local de convívio e interação das pessoas.

Os especialistas dizem que Portugal transita entre uma segunda e terceira fase de requalificação dos cursos d'água. A primeira fase foi de total controle sobre os rios com vistas à recuperação de áreas degradadas para obtenção, principalmente, de valorização imobiliária. Canalizações, retificações, mas sobretudo ter “controle sobre o rio” era o guia das ações.

A segunda fase tem um tipo de intervenção marcado pela importância dada à requalificação de áreas públicas com a introdução de equipamentos para uso da população. Muda principalmente a percepção das pessoas, a apropriação do espaço e faz com que a cidade reveja o rio. O parque das Nações à beira do Tejo, em Lisboa, é apontado com um grande exemplo. É um movimento “da cidade para o rio”.

A terceira fase seria de ações no sentido do “rio para a cidade”, em que a renaturalização dos cursos d'água é fator chave. Trata-se de um novo patamar nas relações entre os elementos naturais e culturais com o reconhecimento dos potenciais ecológico e cultural da paisagem fluvial. Fala-se em “intervensões integradas”, que respeitem uma lógica “ecossistêmica” e “reconectem o rio com as comunidades ribeirinhas”. Os projetos de naturalização na Alemanha são sempre lembrados nesses casos.

Essas ações são fundamentadas na Diretiva-Quadro da Água, aprovada pela Comunidade Europeia em 2000 e ajustada ao ordenamento jurídico português em 2005. A Diretiva obriga que a qualidade ecológica dos recursos hídricos seja assegurada até 2015 e prevê o planejamento e gestão por bacias (vários dos rios nascem na Espanha, indicando a necessidade forte dessa abordagem). Também quer melhorar e recuperar mesmo os cursos d'água “fortemente modificados”, prevê estratégias de combate à poluição e instrumentos legislativos e econômicos para assegurar as ações. E no caso de Portugal, constata-se que o avanço e a sustentabilidade dessas ações depende muito da participação dos cidadãos. Por isso, os rios daqui acabam me levando de volta para o Brasil. Pois, escreveu esse gajo Fernando Pessoa: “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,/Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia/Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia”. ♦

Braga, Rio Lima: aos poucos, carros vão transformando as margens do curso d'água em estacionamento



META 2014

JÁ TEMOS A DATA.
E AGORA, O LOCAL.



No dia 26 de abril, o Governo de Minas reafirmou seu compromisso com a Meta 2014, e o nado que deverá comprovar a melhoria da qualidade

das águas do Velhas foi para marcado para o município de Lagoa Santa. O Projeto Manuelzão também reforça seu compromisso com esse trabalho.



UFMG

MANUELZÃO

Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas